



A NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

THE NATIONALIZATION OF PARTIES AND THE BRAZILIAN PARTY SYSTEM

LA NACIONALIZACIÓN DE LOS PARTIDOS Y DEL SISTEMA PARTIDARIO BRASILEÑO

Leonardo Rodrigues de Moraes¹

Willber Nascimento²

José Alexandre da Silva Júnior³

Ranulfo Paranhos dos Santos Filho⁴

Albany Ferreira Lima⁵

Resumo

Qual o nível de nacionalização dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro? Neste trabalho utilizamos a medida de Jones e Mainwaring (2003) para avaliar o grau em que o apoio eleitoral dos partidos políticos é homogêneo entre as unidades federativas estaduais. Para isso utilizamos dados das disputas eleitorais para a Câmara dos Deputados entre 1998 e 2014 disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Metodologicamente, calculamos o índice de nacionalização baseado na distribuição dos votos dos partidos por UF e descrevemos os dados com base em técnicas de estatística descritiva e ferramentas gráficas. Os resultados deste trabalho indicam que o sistema partidário brasileiro parece estruturar-se entre os três maiores partidos com representação na Câmara dos Deputados Federal: PMDB, PT e PSDB. Contudo, isso não significa que esses partidos sejam grandes em todas as unidades da federação.

Palavra-chave: Nacionalização; Partidos Políticos; Sistema Partidário; Brasil.

Abstract

What is the level of nationalization of political parties and of the Brazilian party system? In this paper we use the Jones and Mainwaring (2003) measure to assess the degree to which electoral support from political parties is homogeneous among state federative units. For that, we used data from the electoral disputes for the Chamber of Deputies between 1998 and 2014 made available by the Superior Electoral Court (TSE). Methodologically, we calculated the index of nationalization based on the distribution of party votes by UF and described the data based on descriptive statistics techniques and graphical tools. The results of this work indicate that the Brazilian party system seems to be structured among the three largest parties with representation in the Federal Chamber of Deputies: PMDB, PT and PSDB. However, this does not mean that these parties are large in all units of the federation.

¹Leonardo Rodrigues de Moraes é Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB - LAPCIPP). E-mail: leonardordm@hotmail.com.

²Willber Nascimento é Doutorando em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: nascimentowillber@gmail.com.

³José Alexandre da Silva Júnior é Doutor em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, Professor do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jasjunior2007@yahoo.com.br.

⁴Ranulfo Paranhos dos Santos Filho é Doutor em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, Professor do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: ranulfoparanhos@me.com.

⁵Albany Ferreira Lima é Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Minas Gerais (UFMG). E-mail: albanyinformatica@gmail.com.

Keywords: Nationalization; Political Parties; Partial System; Brazil.

Resumen

¿Cuál es el nivel de nacionalización de los partidos políticos y el sistema partidario brasileño? Este trabajo se utilizará a medida de Jones y Mainwaring (2003) para conocer o graficar el texto de la política y los resultados de las mismas. También está disponible para el examen del Tribunal Superior de Estado (TSE). Metodológicamente, cálculo o índice de nacionalización base en la distribución dos votos dos partidos por la UF y descrevemos los datos con base en las técnicas de estadística descrita y ferramentas gráficas. Los resultados del trabajo indican que el sistema está relacionado con los medios de comunicación con los representantes de los medios de comunicación federales: PMDB, PT y PSDB. Sin embargo, no es tan fácil decir que se trata de grandes partidos en todas las unidades de federação.

Palabras clave: Nacionalización; Partidos políticos; Sistema Partidial; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro é um tema pouco abordado pela literatura acadêmica (JONES; MAINWARING, 2003), principalmente no Brasil. Isso se torna mais visível quando passamos a avaliar o montante da produção que toca em outras características tais como a ideologia, o apoio eleitoral, fragmentação, institucionalização e estruturação do sistema partidário brasileiro (NICOLAU, 1996; MAINWARING, 2001; KINZO, 2004; MELO; CÂMARA, 2012).

Com exceção dos Estados Unidos que possui uma vasta literatura sobre o tema, a maior parte da literatura sobre nacionalização dos partidos e do sistema partidário direcionou sua atenção para as democracias industriais avançadas de acordo com Jones e Mainwaring, (2003). Contudo, alguns autores têm ampliado o escopo de análise e direcionado atenção para Europa Caramani (2000; 2004) e América Latina, Jones e Mainwaring (2003) e Jones (2010). Salvo os trabalhos de Borges (2015), Jones e Mainwaring (2003) e Schmitt (2003), a literatura sobre o tema no Brasil ainda é muito escassa.

De acordo com Jones e Mainwaring (2003), sistemas partidários nacionalizados refletem um importante componente da dinâmica da competição partidária, possui um efeito sobre fatores como a sobrevivência da democracia, competição política e no comportamento do legislativo e nas políticas públicas. Na existência de um sistema partidário nacionalizado, os partidos possuem abrangência nacional e tendem a se expressar e agir segundo uma orientação nacional comum em vez de se dividirem em questões regionais ou subnacionais (BORGES, 2015; MORGENSTERN; SWINDLER; CASTAGNOLA, 2009; JONES, 2010).

O objetivo deste artigo é mensurar o nível de nacionalização dos partidos no Brasil, mas especificamente, mensurar e acompanhar os níveis de nacionalização dos partidos brasileiros ao longo do tempo. Para tanto, coletamos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de Deputado Federal entre 1998 e 2014. A nacionalização foi mensurada de acordo com Jones e Mainwaring (2003). Em termos práticos calculasse o índice de Gini da votação dos partidos entre

as unidades geográficas. O resultado é um indicador de desigualdade do voto dos partidos políticos brasileiros entre os Estados. Apresentamos e analisamos esses dados com base em técnicas de estatística descritiva e apresentação gráfica.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima seção revisamos os principais pontos teóricos da literatura sobre nacionalização partidária e sua importância para o funcionamento da democracia; na sequência descrevemos a metodologia do trabalho, enfatizamos questões de mensuração e replicação desse estudo; a seção seguinte lida com a apresentação e análise dos resultados e finalmente, na última seção teceremos nossas considerações finais.

2 NACIONALIZAÇÃO

A nacionalização endereça a atenção para a análise do desempenho eleitoral entre os diversos distritos eleitorais. Mais especificamente para o padrão de sua distribuição. De modo geral, é consenso na literatura que um partido nacionalizado é aquele que apresenta um nível de apoio eleitoral homogêneo entre todos os distritos eleitorais de um país. Adicionalmente um sistema partidário é nacionalizado não somente quando os principais partidos se distribuem por todo território nacional, mas também quando questões nacionais afetam significativamente a escolha do eleitor em âmbito local (JONES; MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; MORGENSTERN; POTTHOFF, 2005; MORGENSTERN; SWINDLER; CASTAGNOLA, 2009; MUSTILLO; MUSTILLO, 2012).

Durante muito tempo esse fenômeno foi ignorado pela pesquisa *mainstream* dos estudos partidários, contudo recentemente entrou na agenda comparativa. A nacionalização dos partidos e, conseqüentemente, dos sistemas partidários não só é importante enquanto um indicador da distribuição do apoio eleitoral dos partidos. Ela está relacionada e afeta o sistema político de um país em diversos matizes (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; MORGENSTERN; POTTHOFF, 2005).

O grau de nacionalização está relacionado a competição partidária (Jones e Mainwaring, 2003). Embora o percentual de votos de dois partidos possa ser similar, o grau de nacionalização de cada um pode variar consideravelmente e afetar as estratégias eleitorais. De acordo com esse ponto de vista, partidos regionalizados atuam eleitoralmente de maneira diferente daqueles partidos com votação homogênea entre as unidades.

Borges (2015) analisa o caso brasileiro e mostra como as instituições políticas nacionais comporta uma gama de partidos com graus diferentes de nacionalização e como isso está relacionado as disputas presidenciais e para os governos estaduais. Nos seus termos, essa presidencialização das disputas fomenta a coordenação eleitoral em âmbito estadual e, portanto, contribui para a nacionalização das eleições legislativas federais (BORGES, 2015, p. 678).

O grau de nacionalização dos partidos, portanto, pode afetar a formação de coligações e também de coalizões. Um sistema nacionalizado pode facilitar a construção de alianças centradas

em questões de natureza nacional (*national issues*), mais que aquelas de orientação local (JONES e MAINWARING, 2003; BORGES, 2015). De certo modo, a nacionalização é um indicativo de como se estruturam os vínculos entre eleitores e partidos (CARAMANI, 2004; MORGENSTERN; POTTHOFF, 2005). Um sistema com baixo grau de nacionalização incentiva que os eleitores criem e mantenham ligações com candidatos e ou partidos localmente inseridos e as questões decisivas serão aquelas de cunho paroquial.

O sistema político brasileiro é interessante nesse sentido. As coligações eleitorais promovem, em certo sentido, a nacionalização dos partidos, uma vez que concorrer coligado demanda menos custos do que lançar candidaturas independentes. Speck e Campos (2014) avaliam como outra característica do nosso sistema político, o tempo de propaganda gratuita, afeta a nacionalização. De acordo com eles, a distribuição desse recurso de campanha levando em conta critérios únicos (número de cadeiras na Câmara dos Deputados) favorece os partidos pequenos que garantem um tempo de propaganda equivalente em todo território nacional. O tempo de propaganda gratuita dos partidos é uma importante moeda de troca na construção de coligações entre partidos grandes e pequenos (DINIZ, 2000).

A literatura também aponta para os possíveis impactos da nacionalização partidária no processo de elaboração, aprovação e implementação das políticas públicas. Neste caso, o destino da política pública pode ser estritamente paroquial caso o governo possua um grau baixa de nacionalização. A combinação institucional brasileira de certo já fomenta um grau elevado de individualismo dos deputados por si só (AMES, 2003). Borges (2015), evidenciou a existência de diversos graus de nacionalização dos partidos. Nesse caso, boa parte do paroquialismo dos representantes nacionais pode ser função do alto grau regionalismo de alguns partidos. E em muitos casos, onde recursos são escassos e existem disparidades econômicas regionais, o resultado de transferências sob essa lógica pode ser desastroso (JONES; MAINWARING, 2003).

Esse tópico já nos coloca próximos das condições de um sistema partidário nacionalizado. Eleições gerais para o Executivo e concomitância entre estas e as disputas legislativas nacionais fornecem incentivos para a nacionalização (BORGES, 2015). Além disso, fatores como o grau de centralização do poder político, bem como de capacidade programática dos partidos e baixa fragmentação contribui para a nacionalização dos partidos e do sistema partidário consequentemente (MUSTILLO, 2017). Finalmente, o mesmo autor identifica que o grau de nacionalização está positivamente associado com a própria qualidade do regime democrático. Embora a nacionalização dos partidos e do sistema partidário seja um fenômeno com amplas implicações teóricas para o funcionamento da democracia o tema foi pouco abordado nacionalmente (FERREIRA, BATISTA ;STABILI, 2008). Ainda sabemos pouco sobre o grau de nacionalização dos nossos partidos e do sistema partidário ao longo do processo eleitoral brasileiro. Esse artigo tem o objetivo e avaliar empiricamente nossos partidos sobre esse âmbito.

3 DADOS E MÉTODOS

Nesta seção apresentamos as informações acerca da estratégia metodológica tomada para construção e análise desse trabalho. Podemos iniciar a apresentação pelo quadro 01 contendo as características centrais do desenho da pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de Pesquisa

| Item | Descrição |
|----------------------|--|
| Problema de pesquisa | Qual o nível de nacionalização dos partidos políticos brasileiros? |
| Tipo de estudo | Descritivo / exploratório |
| Objetivo | Descrever a nacionalização dos partidos políticos brasileiros. |
| Amostra | Partidos que disputaram as eleições para Deputado Federal |
| Período | 1998-2014 |
| Fonte dos dados | TSE, disponibilizado pelo pacote <i>electionsBR</i> no <i>software R</i> . |
| Métodos e Técnicas | Estatística descritiva; Análise de <i>cluster</i> |

Fonte: Elaboração dos autores.

Este é um trabalho essencialmente descritivo. Sendo um tema pouco abordado na Ciência Política brasileira achamos por bem avaliar esse indicador e pôr a par a academia quanto ao avanço rumo a nacionalização partidária no Brasil. Nosso objetivo aqui, é descrever o grau de nacionalização dos partidos políticos a partir de 1998 até 2014, no que se refere às eleições legislativas federais.

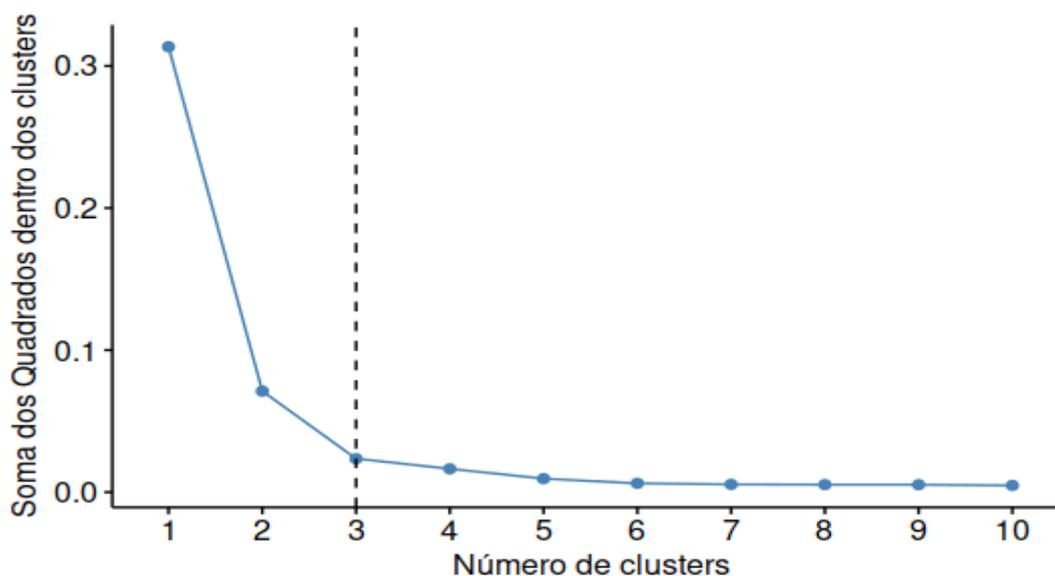
3.1 Calculando a nacionalização dos partidos políticos

Para medir a nacionalização dos partidos utilizamos a metodologia proposta por Jones e Mainwaring (2003). Jones e Mainwaring (2003), sugerem a utilização do coeficiente de Gini. Gini é um indicador muito utilizado para o cálculo de desigualdade de uma determinada distribuição. Sua aplicação mais famosa de certo é com a distribuição de renda. O índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de seu limite superior maior a concentração. Como o grau de nacionalização dos partidos diz respeito ao grau de homogeneidade da distribuição dos votos dos partidos entre as unidades subnacionais, o indicador de Gini seria uma boa maneira de mensurar o fenômeno. Além da aplicabilidade da medida e de sua validade, o Gini possui outras vantagens. Jones e Mainwaring (2003) salientam que esse indicador (1) pode traçar mudanças no nível de nacionalização do partido ao longo do tempo; (2) verificar a ascensão e o declínio do sistema partidário e dos partidos (PNS); (3) pode ser usado para comparar partidos dentro de um mesmo sistema eleitoral/partidário e/ou entre sistemas distintos em estudos comparativos.

Calculamos a nacionalização dos partidos levando em conta o percentual de votos dos partidos políticos brasileiros por unidade da federação para todas as eleições de Deputado Federal que se seguiram à 1998. Adicionalmente, classificamos o tamanho dos partidos segundo seu percentual de votos nacional para cada uma das eleições. Existem distintas abordagens

(DANTAS; PRAÇA, 2002; MELO; EVANGELISTA, 2014; NASCIMENTO *et al.* 2016) na literatura nacional. Seguimos o modelo de Nascimento *et al.* (2016) alterando a unidade de análise. Enquanto os autores utilizaram o percentual de votos por UF e ano, nós usamos o percentual de votos nacional. De modo que o tamanho do partido pode variar a cada eleição. Adotamos o mesmo método *K-means cluster* e definimos o número de grupos com base na variância explicada (o método do ‘elbow’) (HAIR *et. al.*, 2009, KODINARIYA; MAKWANA, 2013). Como pode ser avaliado pelo gráfico de variância abaixo.

Gráfico 1 – Variância do cluster.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE (2018).

Os dados utilizados, foram todos disponibilizados pelo TSE⁶. Coletamos esses dados com suporte do pacote *electionsBR* (MEIRELES; SILVA; COSTA, 2016) disponível na plataforma estatística R. Com o propósito de garantir a transparência e a replicabilidade, disponibilizaremos os dados e *scripts* publicamente⁷. Em termos gerais esse trabalho é um esforço descritivo do nível de nacionalização dos partidos nas últimas cinco eleições e permite o uso desses indicadores em futuros estudos. Na próxima seção apresentamos os resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS

Nesta seção descrevemos o grau de nacionalização dos partidos políticos brasileiros tomando como referência o *Party Nationalization Score* (PNS) desenvolvido por Jones e

⁶ <http://www.tse.jus.br/>

⁷ Este trabalho encontra-se organizado e hospedado no site do *Open Science Framework*. O projeto e seus componentes podem ser acessados em: <https://osf.io/gbzsx/>. Contudo, estamos solícitos a pedidos pelo E-mail: nascimentowillber@gmail.com ou leonardordm@hotmail.com.

Mainwaring (2003). A tabela 01, apresenta as estatísticas descritivas gerais acerca da nacionalização para as últimas cinco eleições para Deputado Federal.

Tabela 1 - Descritivos do PNS (*Party Nationalization Score*)

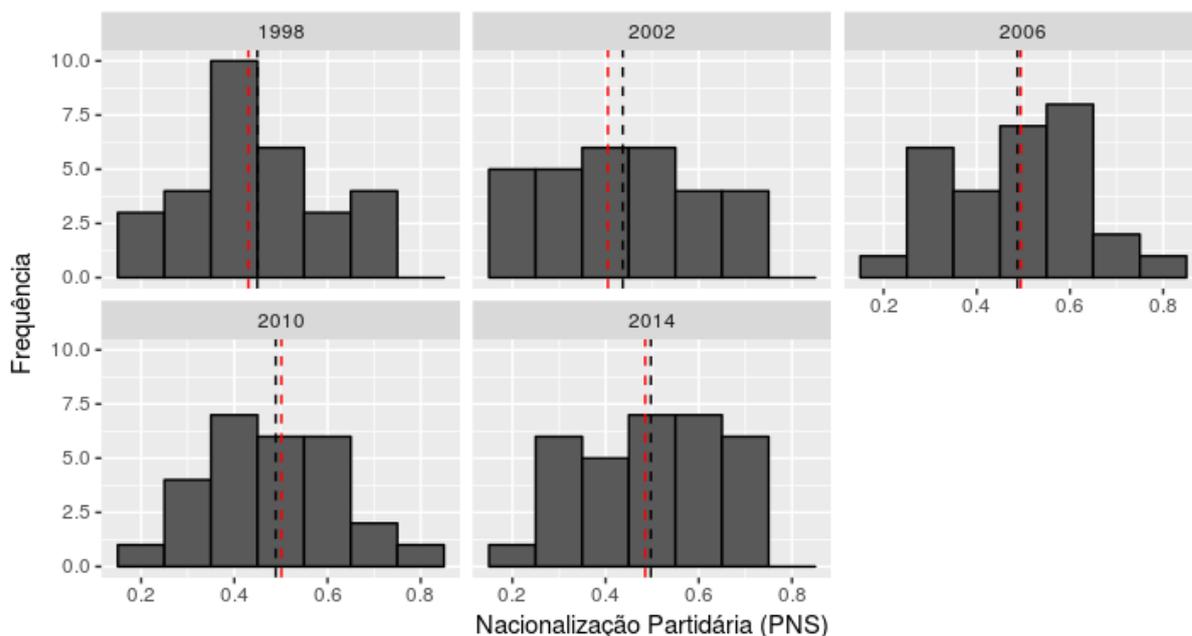
| Eleição | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio | Coef.Var |
|---------|----|--------|--------|-------|--------|----------|
| 1998 | 30 | 0,222 | 0,717 | 0,449 | 0,140 | 0,311 |
| 2002 | 30 | 0,207 | 0,717 | 0,437 | 0,163 | 0,373 |
| 2006 | 29 | 0,244 | 0,752 | 0,487 | 0,139 | 0,286 |
| 2010 | 27 | 0,200 | 0,759 | 0,489 | 0,149 | 0,305 |
| 2014 | 32 | 0,194 | 0,732 | 0,497 | 0,149 | 0,299 |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Na média os partidos políticos brasileiros são pouco nacionalizados. E em termos médios, não houve mudanças visíveis nesse indicador nas últimas eleições. Ficou registrado 0,449 em 1998 e finalizou a série em 2014 com 0,497. Esses dados devem ser interpretados levando em conta o indicador de Gini, logo esses scores são bastante baixos em termos da medida adotada. Os partidos brasileiros possuem uma distribuição pouco homogênea entre os Estados. Contudo esse indicador pode ser visualizado comparativamente. El Salvador, um país com um sistema moderadamente nacionalizado (JONES; MAINWARING, 2003) apresentou uma média de 0.788 de nacionalização em 2000.

De fato, essas médias podem ser enganosas dado a grande variação no nível de nacionalização diante da elevada magnitude dos partidos em competição. O gráfico 2 mostra que existe um número de partidos com maiores médias de nacionalização. O sistema partidário altamente fragmentado está relacionado a nacionalização abaixo na média.

Gráfico 2 - Histograma da nacionalização partidária



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>
Linha preta = média; linha vermelha = mediana.

O histograma mostra que a distribuição da nacionalização difere entre as eleições. De modo que a nacionalização parece ser afetada por outras variáveis. Mas o essencial do gráfico é mostrar que existem partidos situados bem à frente da média que discutimos anteriormente. Grosso modo, pelo menos 50% dos partidos que compõe a amostra possui score de nacionalização acima da média. De modo que essa média é um indicador pouco preciso da nacionalização dos maiores partidos. Uma boa apresentação seria a média da nacionalização por tamanho de partido. A tabela 02, resume esses resultados.

Tabela 2 - Média da nacionalização por tamanho de partido.

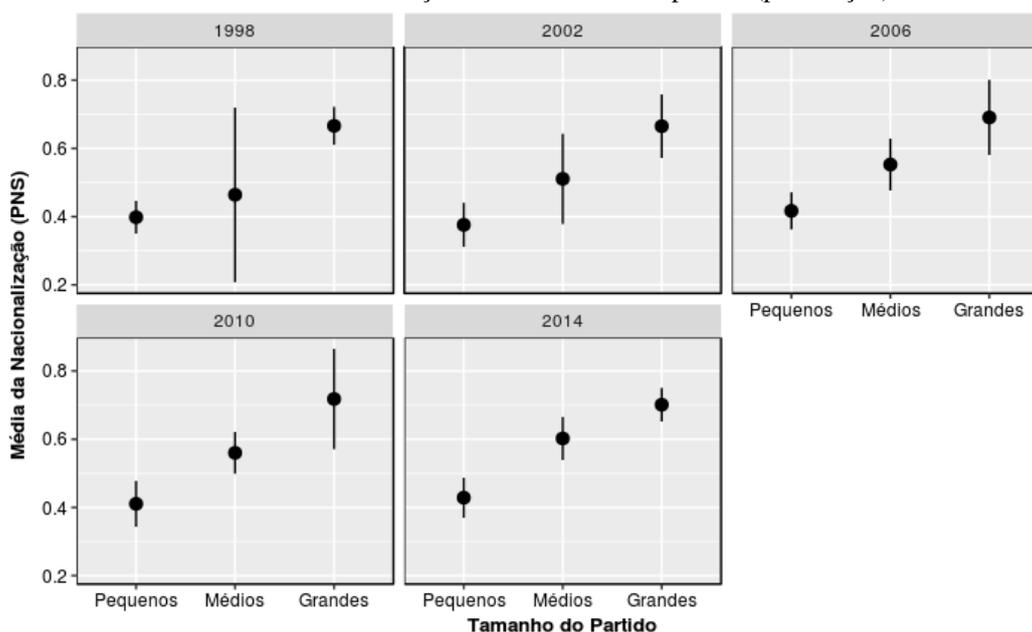
| Eleição | Tamanho do Partido | N | Média | Desvio | Coef.Var |
|---------|--------------------|----|-------|--------|----------|
| 1998 | Pequenos | 22 | 0,398 | 0,108 | 0,271 |
| | Médios | 3 | 0,464 | 0,103 | 0,222 |
| | Grandes | 5 | 0,666 | 0,045 | 0,067 |
| 2002 | Pequenos | 21 | 0,376 | 0,142 | 0,378 |
| | Médios | 5 | 0,511 | 0,106 | 0,208 |
| | Grandes | 4 | 0,665 | 0,059 | 0,088 |
| 2006 | Pequenos | 18 | 0,417 | 0,109 | 0,262 |

| | | | | | |
|-------------|----------|----|-------|-------|-------|
| | Médios | 7 | 0,553 | 0,082 | 0,149 |
| | Grandes | 4 | 0,691 | 0,069 | 0,100 |
| | Pequenos | 16 | 0,410 | 0,126 | 0,307 |
| 2010 | Médios | 8 | 0,560 | 0,073 | 0,131 |
| | Grandes | 3 | 0,718 | 0,059 | 0,082 |
| | Pequenos | 21 | 0,428 | 0,129 | 0,301 |
| 2014 | Médios | 8 | 0,602 | 0,076 | 0,126 |
| | Grandes | 3 | 0,701 | 0,020 | 0,028 |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Em média, os partidos pequenos são menos nacionalizados que os partidos médios. Contudo, interpretando o PNS perceberemos que tanto os pequenos quanto os médios são partidos com votação concentrada isto é mais regionalizada, uma vez que o indicador abaixo de 0,50 indica alta concentração. Essas informações podem ser melhor visualizadas com o gráfico 3.

Gráfico 3 - Nacionalização versus tamanho do partido (por eleição).



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

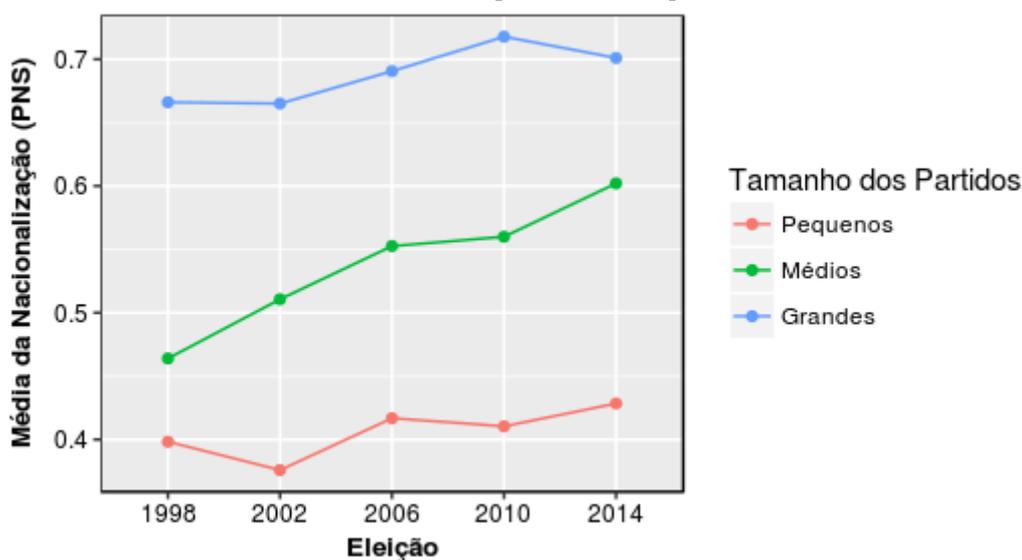
Como vemos também, partidos pequenos não são os principais responsáveis pela concentração. Os partidos médios são também bastante regionalizados. Nas últimas eleições, esses grupos de partidos passaram a ser mais diferenciados em relação a nacionalização indicando mais claramente que o tamanho do partido de fato está associado ao seu grau de nacionalização.

Isso seria de se esperar uma vez que as duas medidas referem-se à votação dos partidos.

Isso, contudo, não é diretamente óbvio. Partidos nacionalmente grandes podem receber expressivas votações nos grandes distritos, ou mais especificamente em distritos controlados por eles. Como podemos ver, em 2010 a variação do PNS foi alta entre os partidos grandes. O responsável foi o PSDB, que embora seja de tamanho compatível aos seus pares apresentou-se bem menos nacionalizado (PNS = 0,650) quando comparado com PT (0,759) e PMDB (0,744).

Em média 11 partidos podem ser tomados como os mais importantes na disputa legislativa federal seguindo o critério do tamanho dos partidos. O gráfico 04 abaixo apresenta a variação da média da nacionalização em função do tamanho dos partidos para 1998 a 2014.

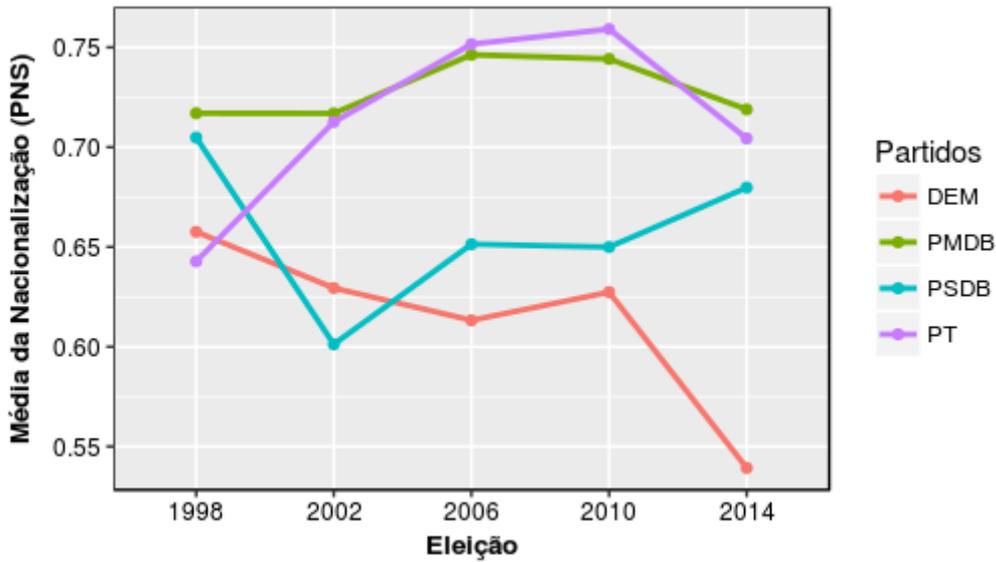
Gráfico 4 - Média do PNS por tamanho de partido



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Notamos que os mais oscilantes são os partidos pequenos. Sua variação segue um padrão de subidas e descidas a cada novo pleito. Por outro lado, os partidos médios apresentam um padrão de ascensão do grau de nacionalização ao longo do período bem mais acentuada do que aquele dos partidos grandes. Quanto a estes observa-se um declínio da nacionalização em termos médios na última eleição. Podemos avaliar agora, a nacionalização entre os partidos mais importantes eleitoralmente de acordo com seu tamanho. Filtramos os partidos grandes e médios. O gráfico 5 apresenta os maiores partidos.

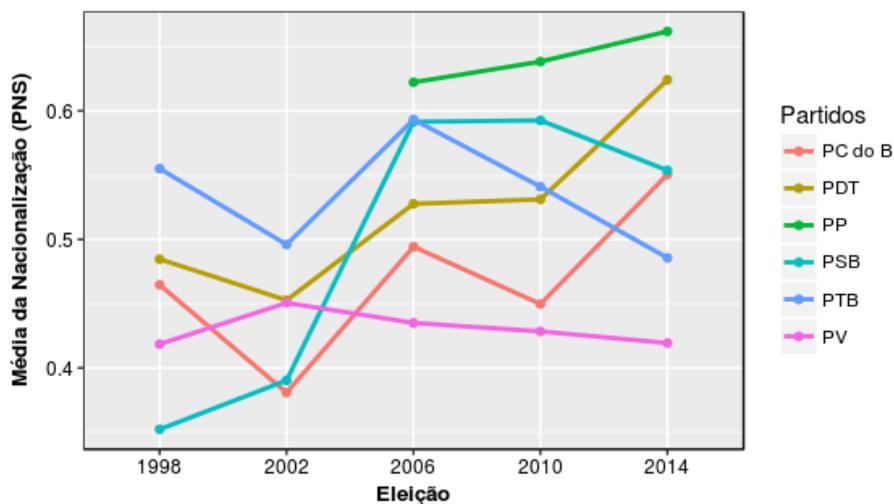
Gráfico 5 - Partidos grandes típicos + DEM



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Devemos salientar que segundo nosso critério o DEM deixou de ser grande a partir de 2006, contudo representou um dos grandes nos pleitos anteriores. Interessante que a nacionalização do DEM esteve em queda desde o início da nossa série (com exceção de 2010). O PSDB, tradicional partido político brasileiro, sofreu um sério abalo em termos de nacionalização quando da sua saída da Presidência em 2002. O PT, por sua vez, partido que esteve a frente da Presidência a partir de 2002 notadamente afetou seu grau de nacionalização. Superou o PMDB em 2006 e 2010 onde obteve seu pico de nacionalização. O resultado das urnas em 2014, contudo, não foi favorável ao Partido dos Trabalhadores. Embora tenham conseguido manter a presidência a nacionalização do partido caiu para os patamares de 2002.

Gráfico 05 - Partidos médios típicos + PC do B e PV.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

No gráfico 05 avaliamos os partidos mais importantes em termos de alianças com grandes partidos. No campo dos partidos médios e mais o PC do B e PV observamos que o partido mais nacionalizado é o PP e, de fato, seus *scores* aumentam nas últimas três eleições. Por outro lado, o PSB é o partido com variação e em sentido positivo. Com as eleições de 2006 sendo um marco no nível de nacionalização dos partidos. Esse partido teve como referência o papel de lideranças locais na difusão da sigla do partido pelo Brasil tendo como foco o Nordeste com a liderança de Eduardo Campos e sua aliança com o PT.

4.1 Análises descritivas e comparativas do nível de nacionalização dos partidos brasileiros.

Nessa seção realizaremos as análises descritivas e comparativas do nível de nacionalização dos partidos brasileiros. Inicialmente descrevemos os níveis de nacionalização dos sete maiores partidos do Congresso Nacional, para as últimas cinco eleições. A tabela 03 resume os níveis de nacionalização do PP, DEM, PTB, PMDB, PSDB, PDT e PT para as eleições de 1998 a 2014.

Tabela 3 - Nível de nacionalização dos sete maiores partidos brasileiros.

| Partidos | Ano Eleição | % Média Votos Nacional | PNS |
|-----------------|--------------------|-------------------------------|-------------|
| DEM | 1998 | 21,1 | 0,65 |
| PMDB | - | 19,7 | 0,71 |
| PSDB | - | 15,2 | 0,70 |
| PP | - | 10,9 | 0,60 |
| PT | - | 9,4 | 0,64 |
| PTB | - | 5,8 | 0,55 |
| PDT | - | 4,4 | 0,48 |
| DEM | 2002 | 16,7 | 0,62 |
| PMDB | - | 15,9 | 0,71 |
| PSDB | - | 12,8 | 0,60 |
| PP | - | 7,9 | 0,67 |
| PT | - | 14,5 | 0,71 |
| PTB | - | 5,3 | 0,49 |
| PDT | - | 4,3 | 0,45 |
| DEM | 2006 | 11,5 | 0,61 |
| PMDB | - | 18,4 | 0,74 |
| PSDB | - | 11,0 | 0,65 |
| PP | - | 7,8 | 0,62 |
| PT | - | 12,7 | 0,75 |
| PTB | - | 4,8 | 0,59 |
| PDT | - | 4,7 | 0,52 |
| DEM | 2010 | 8,2 | 0,62 |
| PMDB | - | 17,1 | 0,74 |

| | | | |
|-------------|-------------|------|-------------|
| PSDB | - | 9,1 | 0,64 |
| PP | - | 7,4 | 0,63 |
| PT | - | 15,2 | 0,75 |
| PTB | - | 4,8 | 0,54 |
| PDT | - | 5,2 | 0,53 |
| DEM | 2014 | 4,3 | 0,53 |
| PMDB | - | 14,0 | 0,71 |
| PSDB | - | 9,8 | 0,67 |
| PP | - | 6,4 | 0,66 |
| PT | - | 12,1 | 0,70 |
| PTB | - | 3,9 | 0,48 |
| PDT | - | 4,6 | 0,62 |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Para as eleições de 1998, o PMDB aparece como o partido com maior nível de nacionalização entre os sete maiores analisados 0,71. O PSDB fica ligeiramente atrás com 0,70 e logo em seguida o DEM⁸ 0,65. O DEM é o partido com a maior porcentagem média de votação entre eles, 21,1%. Mas um pouco abaixo no *score* de nacionalização para aquele ano, o que segure um padrão de votação mais desigual entre as unidades subnacionais se comparado com o PMDB e o PSDB. O PT com apenas 9,4% da média dos votos nacional, obteve um *score* de 0,64, apenas 0,01 de diferença com relação ao DEM. Sugerindo uma parcela homogenia de votos entre as unidades subnacionais. O PDT aparece com o *score* de nacionalização 0,48, e 4,4% da média da votação nacional.

Na eleição seguinte, em 2002, o PMDB e o PT aparecem empatados com um *score* de 0,71. A porcentagem média de votos nacional também foi bem próximo, o PMDB 15,5% e o PT 14,5, apenas um ponto percentual de diferença. O PMDB manteve-se no mesmo nível que na eleição anterior, já o PT conseguiu elevar-se nacionalmente e ampliar sua votação. A mudança significativa no *score* de nacionalização do PT e o aumento na porcentagem de votação, talvez possa ser explicado com a eleição e vitória do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2006, o PT e o PMDB aparecem praticamente empatados com o *score* de 0,75 e 0,74, respectivamente. E um pouco abaixo, o PSDB com 0,65. Após a eleição de 1998, o PSDB diminuiu significativa o nível de nacionalização partidária, de 0,70 para 0,60, uma diminuição de 10 pontos de uma eleição para a outra. Melo (2007) e Limongi e Cortez (2010), estão de acordo que as eleições presidenciais têm estruturado o sistema partidário nacional em torno de dois pontos de referência, a saber, PT e PSDB. Essa polarização faz sentido se olharmos para a disputa presidencial. O que talvez explique a queda no *score* de nacionalização do PSDB na eleição de

⁸ O DEM era o então PFL (Partido da Frente Liberal). Nas eleições de 1998, o DEM não existia oficialmente, a mudança de denominação para Democratas, aconteceu em 2007. Até essa data, o DEM concorreu com a antiga denominação (PFL). Utilizamos a atual denominação do partido (DEM) em todas as tabelas e análises com o propósito de evitar possíveis confusões com a mudança de singra.

2002, com a vitória do PT. Resta saber se essa polarização tem ajudado os partidos a se firmarem frente ao eleitorado nacional e aumentando a presença desses partidos nos estados e municípios. No que concerne ao PMDB, ele tem se comportado como um partido de lideranças regionais, disposto a fazer alianças com o partido governista da hora em troca de cargos e benesses, e furta-se em lançar candidatos na disputa à presidência, apesar do seu peso nos estados e no Congresso (MELO, 2007; MAINWARING, 2001). Entre os partidos analisados o PMDB é o único que conseguiu manter um *score* médio de 0,72 nas últimas cinco eleições.

A eleição de 2010, repete os níveis de nacionalização para o PT 0,75 e o PMDB 0,74, e pode-se dizer que para o PSDB também, que não repetiu seu *score* anterior por um valor de apenas 0,01 centésimo. O DEM e o PP⁹ merecem atenção pelos níveis de nacionalização médios que mantém entre as disputas. Apesar que não ultrapassar um *score* 0.60, ambos se mantêm relativamente constantes nesse patamar de nacionalização.

Na última disputa para o Congresso, o PMDB sustentou o nível médio de nacionalização referentes as últimas cinco eleições, 0,71. Um pouco menor que para a eleição anterior, 0,74. O nível de nacionalização do PT, também cai proporcionalmente ao do PMDB, 0,70. Os níveis de nacionalização do PT e o PMDB parecem caminhar juntos. A queda de um coincide com a queda do outro. O PSDB e o PP apresentam níveis muito semelhantes de nacionalização 0,67 e 0,66.

A tabela 04 apresenta o nível de nacionalização dos partidos com mais de 10% da média da votação nacional em ao menos uma das cinco últimas eleições. Esse critério possibilita visualizar os partidos com maior porcentagem de votação nacional e se esses mesmos partidos possuem os níveis mais elevados de nacionalização, bem como se eles vêm diminuindo ou elevando o nível ao longo do tempo.

Os únicos partidos que conseguiram atingir o critério de 10% da média da votação nacional foram: DEM, PMDB, PP, PSDB e PT. Contudo, nem todos eles conseguiram atingir esse nível em todas as eleições com exceção apenas do PMDB. O PT fica fora apenas por conta da eleição de 1998, mas atinge uma porcentagem muito próxima do patamar: 9,4% da média dos votos. As legendas com maior nível de nacionalização ao longo das disputas são: PMDB, PT e PSDB.

Tabela 04 - Nível de nacionalização dos partidos com mais de 10% da votação nacional.

| Partidos | Ano Eleição | % Votos Nacional | PNS |
|-----------------|--------------------|-------------------------|-------------|
| DEM | 1998 | 21,1 | 0,65 |
| PMDB | - | 19,7 | 0,71 |
| PP | - | 10,9 | 0,61 |
| PSDB | - | 15,2 | 0,70 |
| DEM | 2002 | 16,7 | 0,63 |

⁹ O Partido Progressista (PP) era o antigo Partido Progressista Brasileiro (PPB), fundado em 1995 e alterou sua denominação para Partido Progressista (PP) em 2003. Fonte: <<http://www.tre-ba.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>

| | | | |
|-------------|-------------|------|-------------|
| PMDB | - | 15,9 | 0,71 |
| PSDB | - | 12,8 | 0,60 |
| PT | - | 14,5 | 0,71 |
| DEM | 2006 | 11,5 | 0,61 |
| PMDB | - | 18,4 | 0,74 |
| PSDB | - | 11,0 | 0,65 |
| PT | - | 12,7 | 0,75 |
| PMDB | 2010 | 17,1 | 0,74 |
| PT | - | 15,2 | 0,75 |
| PMDB | - | 14,0 | 0,72 |
| PT | - | 12,1 | 0,70 |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <http://www.tse.jus.br/>

Na tabela 5, dispomos de um ranking de nacionalização dos partidos. O ranking está ordenado em três posições para cada ano eleitoral a partir de 1998, até a última eleição para o Congresso Nacional. Objetivo do ranking é observar a presença dos partidos mais nacionalizados e dos menos nacionalizados do sistema partidário.

Tabela 5 - Ranking de nacionalização.

| Ano Eleição | Ranking Partidos | PNS |
|-----------------------------|-------------------------|-------------|
| Mais nacionalizados | | |
| 1998 | PMDB | 0,71 |
| - | PSDB | 0,70 |
| - | DEM | 0,65 |
| 2002 | PMDB | 0,71 |
| - | PT | 0,71 |
| - | PP | 0,67 |
| 2006 | PT | 0,75 |
| - | PMDB | 0,74 |
| - | PSDB | 0,65 |
| 2010 | PT | 0,76 |
| - | PMDB | 0,74 |
| - | PSDB | 0,64 |
| 2014 | PMDB | 0,72 |
| - | PT | 0,70 |
| - | PSDB | 0,67 |
| Menos nacionalizados | | |
| 1998 | PDT | 0,48 |
| - | PTB | 0,55 |
| - | PP | 0,60 |
| 2002 | PDT | 0,48 |
| - | PTB | 0,49 |
| - | PSDB | 0,60 |
| 2006 | PDT | 0,52 |
| - | PTB | 0,59 |
| - | DEM | 0,61 |
| 2010 | PDT | 0,53 |
| - | PTB | 0,54 |

| | | |
|-------------|-----|-------------|
| - | DEM | 0,62 |
| 2014 | PTB | 0,48 |
| - | DEM | 0,53 |
| - | PDT | 0,62 |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE. <<http://www.tse.jus.br/>>

Os partidos com maior nível de nacionalizados do ranking são: PMDB, PT e PSDB. Esses partidos possuem pouca variação nos níveis de nacionalização ao longo do tempo. E o padrão de estrutura do sistema partidário nacional (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2007), parece se estruturar em estorno desses três partidos PT e PSDB para à presidência e o PMDB regionalmente. Os partidos com menor nível de nacionalização no ranking são: PTB, PDT e DEM. O baixo nível de nacionalização desses partidos, frente aos maiores partidos, como o PMDB, PT E PSDB. Não significa que eles sejam insignificantes na arena eleitoral e que suas estratégias sejam inexpressivas frente aos demais. Apesar do baixo nível, eles se mantêm constantes e estão presentes na arena eleitoral e fazem parte dos sete maiores partidos no Congresso Nacional.

5 Conclusão

Consonante com os resultados a estrutura do sistema partidário brasileiro parece estruturar-se entre os três partidos com maior nível de nacionalização observados PMDB, PT e PSDB. Isso não significa que esses partidos sejam grandes em todas as unidades da federal. A competição eleitoral assume um formato distinto em cada unidade da federação, e o somatório desses resultados define a composição do Congresso Nacional (MELO, 2007) bem como a situação e a oposição. Os menores partidos apesar de possuírem níveis baixos de nacionalização, esses níveis se mantêm constantes ao longo do tempo com pequenas variações, ora para mais ou para menos.

A nacionalização é um tema importante e nos ajuda a compreender melhor o sistema partidário, o número de partidos, o grau de polarização entre eles e a dinâmica de competição. Os estudos sobre nacionalização dos partidos e do sistema partidário no Brasil, ainda são escassos e há muito a ser feito nesse sentido, contudo, este trabalho visa dar o primeiro passo nessa direção. Pretendemos ampliar nossas análises no futuro, comparando diferentes medidas de nacionalização dos partidos e do sistema partidário além de aumentar nossa série histórica.

REFERÊNCIAS

- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BORGES, André. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v..58, n.3, p.651-688, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582015000300651&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 abr. 2018.

CARAMANI, Daniele. **The Societies of Europe: Elections in Western Europe Since 1815: Electoral Results by Constituencies**. London: Palgrave Macmillan, 2000.

CARAMANI, Daniele. **The nationalization of politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Dantas, Humberto; Praça, Sérgio. Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000, Leviathan: cadernos de pesquisa política, DCP-USP/Humanitas, n. 1, 2004, p. 181-200. Disponível em: <http://www.sergiopraca.com/wp-content/uploads/2015/05/Eleicoes-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 15, p. 31-48, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2018.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 432-453, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/07.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

HAIR JR., Joseph *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JONES, Mark. Beyond the Electoral Connection: The Effect of Political Parties on the Policymaking Process. *In*: SCARTASCINI, C.; STEIN, E.; TOMMASI, E. (ed.). **How Democracy Works: Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking**. Washington, 2010. p. 19-46

JONES, Mark; MAINWARING, S. The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. **Party Politics**, Thousand Oaks, v. 9, n. 2, p. 139-166, 2003. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/304_0.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

KODINARIYA, Trupti M.; MAKWANA, Prashant R. Review on determining number of Cluster in K-Means Clustering. **International Journal**, v. 1, n. 6, p. 90-95, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313554124_Review_on_Determining_of_Cluster_in_K-means_Clustering. Acesso em: 18 abr. 2018.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p.21-37, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300002. Acesso em: 18 abr. 2018.

MAINWARING, S. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MEIRELES, Fernando; SILVA, Denisson; COSTA, Beatriz. **electionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data**. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://electionsbr.com/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. *In*: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (org.). **A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2007. p. 267-302.

MELO, Paulo Victor; EVANGELISTA, Leonardo. De onde vem e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS)*, 38, 2014, Caxambú. **Anais [...]**, São Paulo: ANPOCS, 2014. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/EV-e-MELO-De-onde-vem-e-como-sobrevivem-os-nanicos-ANPOCS1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MORGENSTERN, Scott; POTTHOFF, Richard. The Components of Elections: District Heterogeneity, District-Time Effects, and Volatility. **Electoral Studies**, London, v. 24, p. 17-40, 2005. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2721455. Acesso em: 19 abr. 2018.

MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen M.; CASTAGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 71, n. 4, p. 1322-1341, Oct. 2009. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381609990132>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MUSTILLO, Thomas. Party nationalization following democratization: modelling change in turbulent times. *Democratization*, v. 24, n. 6, p. 929-950, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510347.2016.1253556?journalCode=fdem20>. Acesso em: 14 out. 2019.

MUSTILLO, Thomas; MUSTILLO, Sarah A. Party nationalization in a multilevel context: Where's the variance? **Electoral Studies**, London, v. 31, n. 2, p. 422-433, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379411001454?via%3DIhub>. Acesso em: 19 abr. 2018.

NASCIMENTO, Willber *et al.* Does Size Matter? Electoral Performance of Small Parties in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212016000200204&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2018.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SCHMITT, Rogério. A nacionalização dos partidos políticos brasileiros. O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, p. 150-159, 2003.

SPECK, Bruno; CAMPOS, Mauro. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 12-40, 2014. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/394/288>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Artigo recebido em: 2019-03-28

Artigo reapresentado em: 2019-06-11

Artigo aceito para publicação em: 2019-06-18